



RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0444/2026

“Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Mauro Gonçalves Farias, de São José do Cerrito, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".”

Autor: Deputado Marcius Machado

Relator: Deputado Fabiano da Luz

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 0444/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, que pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Mauro Gonçalves Farias, de São José do Cerrito, alterando, para tanto, o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

A matéria foi lida na Sessão Plenária do dia 30 de junho de 2026, e, ato contínuo, encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, em que fui designado à relatoria, nos termos regimentais.

O Projeto de Lei encontra-se instruído com documentação apresentada pela entidade requerente, a qual foi examinada por esta Consultoria Legislativa com a finalidade de subsidiar a análise da proposição e fornecer os elementos necessários à apreciação da matéria, em consonância com as exigências estabelecidas na legislação pertinente.

É o relatório.



II – VOTO

Compete a esta Comissão pronunciar-se acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa referidos no inciso I do art. 72 e no inciso I do art. 144 do Regimento Interno deste Poder, em relação a projetos ou emendas apresentados ao Parlamento.

No exercício dessa competência, verifica-se que a matéria versa sobre a concessão do Título de Utilidade Pública estadual à Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Mauro Gonçalves Farias, de São José do Cerrito, mediante alteração do Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos relativos à concessão do referido título no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, voto, no âmbito deste Colegiado, pela **ADMISSIBILIDADE do Projeto de Lei nº 0444/2026.**

Sala das Comissões,

Deputado Fabiano da Luz
Relator